

10, 11 e 12 de novembro de 2025

POLITÉCNICO DO PORTO / ISCAP
PORTO - PORTUGAL

O Projeto 25 de Abril em 3D: Descolonizar, Democratizar, Desenvolver

Maria Cristina Vieira de Freitas, Faculdade de Letras, Universidade de Coimbra, Centro de Estudos Interdisciplinares (CEIS20), 0000-0002-8849-8792, Portugal, cristina.freitas@fl.uc.pt

Pierre Marie, Centro de estudos Sociais (CES), 0000-0003-0465-0660, Portugal, pierremarie@ces.uc.pt

Manuela Barreto Nunes, Faculdade de Letras, Universidade de Coimbra, Centro de Estudos Interdisciplinares (CEIS20), 0000-0002-4958-3986, Portugal, marbnunes@gmail.com

Ana Isabel Ribeiro, Faculdade de Letras, Universidade de Coimbra, Centro de Estudos Interdisciplinares (CEIS20), 0000-0002-7515-2696, Portugal, aribeiro@fl.uc.pt

Patrícia de Almeida, Centro de Estudos Interdisciplinares (CEIS20), 0000-0002-8061-8622, Portugal, mebpatricia@gmail.com

Eixo: Ética e Deontologia (inclusão, cidadania, direitos digitais e privacidade)

Palavras-chave: recursos educativos; arquivos participativos; Revolução de 25 de Abril; curadoria de informação.

1 Introdução

Tendo como referentes o presente e o futuro da democracia portuguesa, o objetivo geral desta comunicação é dar a conhecer o projeto financiado pela Fundação para a Ciência e a Tecnologia [FCT], que visa promover a investigação, o conhecimento e o aprofundamento do debate em torno da Revolução de 25 de Abril de 1974, reforçando a sua presença e atualidade em diversas latitudes do país.

No âmbito do referido projeto, em curso, prevê-se a partilha de recursos educativos produzidos a partir de fontes originais, com autoridade e conteúdo certificados. Prevê-se, igualmente, a utilização e reutilização destes conteúdos, de forma autónoma ou orientada. Fundamenta-se que, num contexto e estrutura apropriados, para além de reforçar a presença

da Revolução de 25 de Abril de 1974, essas utilizações e reutilizações também avivam a(s) memória(s), através dos seus objetos evocativos, fornecem as ferramentas necessárias ao acesso ao conhecimento, fomentando uma interpretação autónoma e independente do Movimento Revolucionário, aproximando os arquivos da(s) sua(s) comunidade(s), reforçando, de forma lúdica, os conceitos de aprendizagem e prática cidadã.

Pretende-se, ainda, oferecer um contributo efetivo ao debate desses temas que, dada a inegável atualidade, figuram com maior presença e visibilidade na agenda nacional. Acrescer-se-á a oportunidade de enriquecer, valorizar e dar a conhecer elementos significativos do riquíssimo espólio documental do Centro de Documentação 25 de Abril da Universidade de Coimbra, única, nas suas

especificidades, no País, utilizando recursos educativos certificados, explorando-se dimensões programáticas fundamentais do processo histórico em causa (descolonização, democratização e desenvolvimento).

Aproveita-se a larga experiência da instituição proponente na produção e partilha de recursos com conteúdos educativos, apoiando-se na inexistência de estudos nacionais que conjuguem empiricamente as vertentes educativa e participativa dos arquivos, nomeadamente na produção e utilização de recursos certificados, numa perspetiva multidisciplinar ou interdisciplinar.

2 Referencial Teórico

A memória digital é vulnerável, o que representa uma ameaça à preservação da(s) memória(s) atual(is) das sociedades e culturas. Ao mesmo tempo, corre-se o risco de a preservação, no futuro, refletir uma “visão purificada” do património, assente em processos de seleção e proteção de dados e informações digitais, realizados sem critérios discutidos e certificados ou sem a intervenção da ação humana. Simultaneamente, discute-se a existência de um processo de “erosão” dos “artefactos analógicos”, correndo-se o risco de, no futuro, apenas estas visões depuradas serem acessíveis aos cidadãos e cidadãs (Maj & Riha, 2009). Os arquivos, estão sob enorme pressão para “evoluir” sob a égide da “era digital”. No entanto, na ausência de regras claras e plurais, o dinamismo apelativo dos “arquivos virtuais” (ou arquivos virtualizados), mais “flexíveis e abertos a modificações”, pode conduzir a situações em que “o património cultural flutua e se dissolve: a memória digital pode tornar-se semelhante e diferente do esquecimento digital” (Maj & Riha, 2009, p.1).

A noção de memória volátil é também uma percepção trazida pelo ambiente digital. Contrasta com a noção de uma memória analógica e estática, refém de uma representação do passado, sem grandes ligações à construção da consciência no presente (Brothman, 1997). Os arquivos totais (Haworth, 1993), baseados na necessidade de documentar e representar “todos” os

segmentos sociais nos arquivos, bem como as “descrições reparadoras” (Charlton *et al.*, 2020; Wick, 2020), são exemplos de abordagens científicas que alertam para a necessidade de adotar critérios transparentes, inclusivos e plurais na(s) representação(ões) social(is) da(s) memória(s) presente(s), através dos documentos e da informação. Se juntarmos Arquivos e Sociedade, o resultado da equação leva-nos a ver como as nossas ações relevam na criação e construção de comunidades de prática.

A abordagem das comunidades de prática (Wenger, 2010) oferece uma lente muito poderosa e útil para os Arquivos. Os arquivos comunitários, por seu turno, partem de - e voltam-se para - comunidades e são, por isso, considerados “arquivos independentes” (Flinn & Stevens, 2009; Flinn, Stevens & Shepherd, 2009), baseados em trabalho autónomo e colaborativo (Zanish-Belcher, 2019).

O quadro teórico minimamente apresentado é extremamente útil para refletimos sobre as possibilidades de aproximação entre as pessoas e os artefactos culturais (analógicos ou digitais). A cultura possui muitos (e plenos) significados, que não se reduzem a uma globalidade ou totalidade ou a uma única, ainda que expressiva, narrativa cultural (Bauman, 1998, p. 175). A cultura vive no - e do - exercício pleno da liberdade e da multiplicidade de escolhas que a libertam ou, pelo contrário, aprisionam (Bauman, 1998, p. 175). O significado cultural de um “bem” obedece a certas categorias de valores que não se esgotam em si mesmas, sendo consequências de ligações cognitivas, formais, afetivas e pragmáticas entre sujeitos e objetos (Meneses, 1992). As identidades sociais constroem-se em torno da legitimação, da resistência ou de um projeto comum (Castells, 1999, pp. 23-24). A problemática dos arquivos em disputa, por exemplo, reflete diferentes perspetivas entre sociedades, instituições e profissionais de arquivo, no processo de construção de identidades, reais ou ficcionais (Macedo *et al.*, 2022; Lowry, 2022; Bastian, 2001; Kaplan, 2000).

O projeto de investigação em curso parte destes pressupostos e noções, procurando integrá-los numa abordagem inclusiva e participativa dos arquivos para com as pessoas, numa lógica de aproximação dos objetos de memória à Sociedade.

O tema que serve de pretexto para testar estas múltiplas visões dos arquivos, pela atualidade e pertinência, como antes referido, é o Movimento Revolucionário de 25 de Abril de 1974.

3 Procedimentos Metodológicos e resultados esperados

O projeto em curso assenta numa abordagem pragmática e visa a produção de materiais pedagógicos, entre os quais se encontram três exposições itinerantes, versando sobre três conceitos nucleares na ação da Revolução de 25 de Abril de 1974: Democratizar, Descolonizar e Desenvolver. Cada uma destas exposições visa responder aos conteúdos científicos e pedagógicos definidos pela equipa do projeto, procurando incluir fontes documentais selecionadas e certificadas, com as quais são produzidos outros materiais pedagógicos relevantes para diversas comunidades de uso e prática. As exposições itinerantes são idealizadas para fazer circular reproduções contextualizadas de documentos originais entre estudantes do ensino básico e secundário, bem como entre professores/as, que poderão delas servir-se no seu trabalho pedagógico, nas áreas das ciências sociais, humanas e da cidadania. Estas exposições serão complementadas por textos explicativos e códigos QR e por recursos audiovisuais e interativos.

A exposição “Democratizar” centrar-se-á nos acontecimentos do processo revolucionário que permitiram a construção da democracia no país: a libertação dos presos políticos, as eleições para a Assembleia Constituinte em 25 de abril de 1975, as eleições legislativas, presidenciais e autárquicas de 1976. Pretende-se também apresentar as experiências democráticas que se verificaram na sociedade após o 25 de Abril. A exposição “Descolonizar”

terá como objetivo apresentar as consequências do colonialismo e da Guerra Colonial para Portugal e para as colónias. Explicará os diferentes processos de descolonização realizados nos meses após 1974 ou num período mais longo (como no caso de Timor-Leste). A exposição “Desenvolver” centrar-se-á nas transformações económicas ocorridas após o 25 de Abril e no desenvolvimento social e cultural que se seguiu à queda do Estado Novo. Os painéis abordarão temas como a melhoria do nível de vida, a construção de novos bairros e a construção do Serviço Nacional de Saúde. Também serão abordados alguns dos desafios atuais em matéria económica, social e ambiental.

No âmbito da perspetiva de inovação, a inclusão nas exposições da possibilidade de o público registar as suas perceções sobre os conteúdos apreendidos, obrigando-o a refletir sobre o presente e o futuro do país, numa voz cidadã, ligada ao último D (Desenvolvimento), através de um pequeno guião com questões e/ou desafios - sendo estes testemunhos registados em vídeo - será também uma alternativa a conjugar com as atividades previstas nos recursos educativos produzidos.

Do ponto de vista metodológico, partimos de uma abordagem exploratória, patente na fase inicial de recolha de fontes, que pretende ser o mais exaustiva possível, identificando e selecionando aquelas que irão compor a narrativa descritiva de factos e acontecimentos ligados aos movimentos e ao quotidiano das pessoas que enfrentaram Abril e o “viram de frente”, com vista a alcançar uma perspetiva interpretativa, realizada de forma autónoma e independente, pelo público-alvo da intervenção, assente, portanto, numa proposta que é simultaneamente de investigação e de ação, porque visa alterar as condições e circunstâncias que proporcionaram e proporcionam o conhecimento das teses e propostas trazidas por “Abril”.

Os recursos educativos serão concebidos como complemento da exposição, podendo ser utilizados individualmente ou em conjunto. A acompanhar a exposição, haverá uma série de

pequenos vídeos explicativos destinados a facilitar a compreensão dos conteúdos e a melhorar a experiência de utilização. Haverá também um vídeo preparado pelo Centro de Documentação 25 de Abril, explicando as suas origens históricas, o seu trabalho e a forma como a equipa imaginou e realizou o projeto e a experiência de que será objeto. Estes vídeos serão oferecidos após a experiência de visita à exposição, para proporcionar aprendizagens educativas a diferentes níveis, de acordo com a taxonomia de objetivos educativos de Bloom (2001), distribuídos por ordem crescente de complexidade: a) recordar, b) compreender, c) aplicar, d) analisar, e) avaliar e f) criar.

A motivação para produzir, emprestar e viajar com estas exposições e recursos educativos, pelo país, vem de uma necessidade crescente. Futuramente, este projeto poderá conter uma série de pequenas inovações, ainda não exploradas, para produzir bons resultados. Por exemplo, a utilização de um “cinema itinerante”, para mostrar os vídeos e albergar as exposições, combinada com o conceito de um “pick-up point”, i.e., um local e um momento para recolher o *feedback* de visitantes e participantes.

4 Considerações finais

Com a conclusão deste projeto pretende-se, fundamentalmente, unir um desafio - o de comunicar um tema tão complexo e contemporâneo (a Revolução de 25 de Abril, em Portugal), por meio de fontes autorizadas, validadas por especialistas e, por isso mesmo, devidamente certificadas, para o fim a que servem, ou seja, estarem próximas da(s) comunidade(s). Alia-se a este desafio a oportunidade de divulgar e dar acesso a informações e ferramentas pedagógicas relevantes para o conhecimento e o estudo dessas matérias, fomentando a sua partilha e a participação cidadã.

Referências

Anderson, L. W., & Krathwohl, D. R. (eds). (2001). *A taxonomy for learning, teaching, and*

assessing: A revision of Bloom's taxonomy of educational objectives. Longman.

Bastian, J. A. (2001). A question of custody: the colonial archives of the United States Virgin Islands. *American Archivist*, 64(1), 96-114. <https://doi.org/10.17723/aarc.64.1.h6k872252u2gr377>

Bauman, Z. (1998). *O mal-estar da Pós-Modernidade*. Jorge Zahar Editores.

Bezjak, S., Clyburne-Sherin, A., Conzett, P., Fernandes, P., Görögh, E., Helbig, K., Kramer, B., Labastida, I., Niemeyer, K., Psomopoulos, F., Ross-Hellauer, T., Schneider, R., Tennant, J., Verbakel, E., Brinken, H., & Heller, L. (2018). *Open Science Training Handbook (1.0)*. <https://doi.org/10.5281/zenodo.1212496>

Brothman, B. (1997). Derrida, archive fever: a freudian impression. *Archivaria*, 43, 189-192. <https://archivaria.ca/index.php/archivaria/article/view/12183>

Castells, M. (1999). *Era da informação: economia, sociedade e cultura. O poder da identidade* (vol. 2). Paz e Terra.

Charlton, F., Bolding, K., Peebles, C., Garcon, J., & Coup, B. (2020). Implementing inclusive (re)description at predominantly white institutions. In *Virtual Joint Annual Meeting of the Council of State Archivists and the Society of American Archivists* [August 8, 2020]. <https://archives2020.sched.com/event/dNmf/s24-implementing-inclusive-redescription-at-predominantly-white-institutions>

Flinn, A., & Stevens, M. (2009). "It is noh mistri, wi mekin History": Telling our own story: independent and community archives in the UK, challenging and subverting the mainstream. In J. A. Bastian & B. Alexander (Eds.), *Community archives: the shaping of memory* (pp.3-27). Facet Publishing, 2009.

Flinn, A., Stevens, M., & Shepherd, E. (2009). Whose memories, whose archives? Independent community archives, autonomy, and the mainstream. *Archival Science*, 9, 71-86. <https://doi.org/10.1007/s10502-009-9105-2>

Haworth, K. M. (1993). The voyage of RAD: from the old world to the new. *Archivaria*, 35, 55-63. <https://perma.cc/GFH5-YWSY>

Kaplan, E. (2000). We are what we collect, we collect what we are: Archives and the construction of identity. *American Archivist*,

- 63(1), 26-151.
<https://hdl.handle.net/11299/42433>
- Lowry, J. (Ed.) (2022). *Disputed archival heritage*. Routledge. 10.4324/9781003057765-1.
- Macedo, L. S. A. de, Silva, C. G. da, & Freitas, M. C. V. de (2022). Below the nation state: power asymmetry and jurisdictional boundaries around the archives of Madeira Archipelago. In J. Lowry (Ed.), *Dispute archival heritage* (pp. 137-170). Routledge. 10.4324/9781003057765-9
- Maj, A., & Riha, D. (Eds.) (2009). *Digital memory: exploring critical issues* (pp. 1-10). Inter-Disciplinary Press.
- Meneses, U. B. de (1992). O patrimônio cultural entre o público e o privado. In Prefeitura do Município de São Paulo, Secretaria Municipal de Cultura, Departamento do Patrimônio Histórico (Ed.), *O direito à memória: patrimônio histórico e cidadania* (pp.189-96). DPH.
- Wenger, E. (2010). Communities of Practice and Social Learning Systems: The Career of a Concept. In C. Blackmore (Ed.), *Social Learning Systems and Communities of Practice*. Springer. https://doi.org/10.1007/978-1-84996-133-2_11
- Wick, A. (2020). Review of Arranging and describing archives and manuscripts, by Dennis Meissner. *American Archivist*, 83(1), 204-208. <https://doi.org/10.17723/0360-9081-83.1.204>
- Zanish-Belcher, T. (2019). Keeping evidence and memory: archives storytelling in the twenty-first century. *American Archivist*, 82(1), 9-23. <https://doi.org/10.17723/0360-9081-82.1.9>